



REVISITANDO ENSINAMENTOS DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE REPRODUTIVA PARA MULHERES NO RIO DE JANEIRO

Isabela Cabral Félix de Sousa¹

Resumo: O Brasil vem testemunhado consideráveis desenvolvimentos em saúde reprodutiva para mulheres desde a metade do século vinte. Porém, há alguns movimentos que dificultam novos progressos. Este artigo destaca alguns deles. O primeiro é o questionamento da obra de Paulo Freire, educador que valoriza a cultura brasileira e questiona posições de subordinação. O segundo é a recente difusão da expressão “ideologia de gênero”, que traz consigo diversas polêmicas quanto aos tipos de condutas nas escolas. O terceiro é a tentativa recente de restringir o currículo no Ensino Médio brasileiro, excluindo disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia. O artigo questiona estes movimentos recorrendo aos ensinamentos de programas educacionais não formais em saúde. Um trabalho de pesquisa qualitativa no Rio de Janeiro realizado com técnicas etnográficas, na década de 90, havia evidenciado o empoderamento de mulheres em contextos diferenciados, como igrejas de diferentes denominações religiosas utilizando uma abordagem ampliada da saúde e tratando de questões relevantes para as participantes. Ressalte-se que os diálogos pedagógicos procuram ser democráticos buscando promover a autonomia das mulheres. Os resultados indicaram a importância de diversas contribuições na obra de Paulo Freire, da discussão de gênero e da necessidade da abordagem interdisciplinar.

Palavras-chave: Saúde reprodutiva. Mulheres. Educação

Introdução

O Brasil vem experimentando, desde a década passada, diversos retrocessos, mesmo convivendo com outros avanços no campo cultural. A obra de Paulo Freire vem sendo fortemente atacada por setores que participam de tais retrocessos e, neste ano do centenário de seu nascimento, parece relevante refletir os motivos que levam a obra de um dos pensadores mais importantes do Brasil, conhecida mundo afora, a passar por uma polemização tão acirrada, encontrado sintonia inclusive com diversos questionamentos à liberdade de ensinar no cotidiano das escolas.

Um desses questionamentos, que chega a assumir a forma de ataques pessoais aos professores, é a recente contestação sobre uma suposta “ideologia de gênero” que estaria presente, e seria mesmo hegemônica, nas escolas. Assim, há uma alegação quanto a necessidade da retirada nas escolas da liberdade de discussões sobre sexualidade e saúde reprodutiva a partir da ideia de que estas seriam um estímulo à experiência da sexualidade precoce e não uma iniciativa útil à conscientização dos jovens sobre estes temas para comportamentos mais informados. A retirada nas escolas desse

¹ Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Docente do Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil; e pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM), e-mail: isabelacabrafelix@gmail.com



tema é também um retrocesso a implementação de temas transversais, longamente discutidos pelo Ministério da Educação brasileiro, tratando de ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, pluralidade e cultura.

Além dos temas transversais, um outro ataque ocorrido se refere à medida provisória gestada para retirar a obrigatoriedade de disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Não há dúvida de que a maior diversidade de disciplinas engrandece o currículo, possibilitando à comunidade escolar melhores diálogos, reflexões e ações interdisciplinares. A retirada ou diminuição da carga horária destas disciplinas dificulta a construção de visões mais críticas da nossa realidade e de possibilidades de transformação social.

Refletindo sobre tais retrocessos no Brasil na educação e nos direitos reprodutivos, a motivação para este texto foi a de revisitar as tendências de programas em saúde reprodutiva que se basearam nas estratégias educacionais de Paulo Freire ao propor a emancipação e o empoderamento de mulheres com a abertura para a diversidade religiosa das integrantes.

A obra de Paulo Freire colocada em questão

A obra de Paulo Freire, juntamente com a de outros educadores, poderia ser enquadrada nas denominadas “teorias críticas do currículo” (SILVA, 2007). Sua obra foi escrita nos anos sessenta do século passado, momento de profundos questionamentos no mundo inteiro quanto às desigualdades sociais, em que as instituições eram acusadas de perpetuar *o status quo*. É com relação a esse período que Fink (1992) afirma que a educação não formal apareceu na América Latina para atender às necessidades educacionais não atendidas pela escolarização de pessoas pobres e marginais. A educação popular visa emancipar o sujeito não apenas na esfera individual, como também na necessidade da conquista de poder na esfera social.

As estratégias educacionais propostas por Paulo Freire (1987,1993) buscam uma prática social, visando a libertação das classes oprimidas. No seu extraordinário livro “Pedagogia do Oprimido” de 1968 (FREIRE,1993), o sujeito da classe oprimida toma consciência da realidade opressora e a transforma por meio da práxis. É importante destacar que a educação popular, geralmente ancorada na estrutura conceitual e nas atividades educacionais de Paulo Freire, tem como premissa que a consciência e ação não podem ser divorciadas uma da outra. O autor, em sua obra, também vislumbra um futuro sem realidade opressora em que a pedagogia envolveria por meio da ação um processo de libertação da humanidade e dos mitos desenvolvidos na realidade



opressora. Ressalte-se que a ênfase da obra de Paulo Freire valorizando as populações mais carentes reflete o seu grande reconhecimento pela cultura popular. Os temas geradores propostos por ele valorizam o potencial da cultura popular ao mesmo tempo em que buscam atender necessidades educacionais dos mais pobres e marginalizados.

Não apenas a educação popular, mas também a educação em saúde, paulatinamente incorporam conceitos e práticas a partir da obra de Paulo Freire. A etiologia da educação em saúde se baseou na biomedicina, levando a um impacto profundo na forma como os programas de educação em saúde foram inicialmente realizados de forma reducionista com sucesso limitado (LAURA e HEANEY, 1990). Um estudo no Rio de Janeiro mostra como, também em algumas instituições escolares, o saber biomédico prevalece e as práticas populares de saúde apesar de serem praticadas não são discutidas pelos professores em sala de aula (SOUSA, ROZEMBERG, BORUCHOVITCH e SCHALL, 1988). No entanto, apesar da hegemonia do saber médico, Stambler (1984) demonstra que a educação em saúde nos países menos desenvolvidos foi mudando para se concentrar mais na tomada de decisão sociocultural e menos no endosso de prescrições biomédicas.

Wallerstein e Bernstein (1988) mostram que a educação em saúde foi incorporando ideias do educador Paulo Freire ao explicar que ela deve começar pelos problemas da comunidade, utilizar métodos de aprendizagem ativa e fomentar a participação dos membros da comunidade a fim de estes percebam suas próprias necessidades. Esses autores reconhecem que o empoderamento na educação em saúde é mais limitado do que o empoderamento na educação, pois a educação em saúde pressupõe que os indivíduos podem tomar decisões sobre sua saúde apenas se lhes forem fornecidas informações, habilidades e reforços. A educação como meio de empoderamento não pode permanecer apenas no nível de transferência de conhecimento, pois precisa ser integrada à análise dos que a recebem, alunos ou membros da comunidade. Estes, por sua vez, numa perspectiva transformadora, devem sempre discutir até que ponto os conhecimentos novos são relevantes ou não.

No caso da saúde reprodutiva de mulheres também houve avanços de conceitos na década de 1980. Se antes a saúde da mulher era pensada como saúde materna, a nova compreensão feminista passou a ser de que todas as mulheres, de todas as idades, têm direito ao controle de sua sexualidade e reprodução (Dixon-Mueller, 1993).

O recente debate sobre o uso político das questões de gênero

Reis e Eggert (2017), ao fazerem uma revisão histórica sobre questões de gênero nos tratados internacionais e leis nacionais desde 1948 sobre direitos humanos, educação, igualdade e erradicação



da discriminação e violência, orientação sexual e identidade, esclarecem que, no Brasil, o início da supressão do tratamento destas questões nas leis ocorre no final de 2013. Junqueira (2018) explica que a dita “ideologia de gênero” com diferentes transformações emergiu no século XXI, nas primeiras duas décadas, em diversos países. Este autor enfatiza também que a educação é um setor prioritário para os opositores desta suposta ideologia e onde eles têm conseguido mais incutir a sua existência.

A dita “ideologia de gênero” no Brasil vem sendo usada politicamente para eliminar os debates na escola sobre questões de gênero propagando que estes têm levado os alunos a iniciar precocemente a sexualidade e a não mais valorizar a família tradicional, isto é, a composta pelo casal heterossexual e os filhos. Reis e Eggert (2017, p19.) enfatizam: “À guisa de uma moral dita ‘cristã’, as mulheres feministas e as pessoas LGBT se transformaram, na visão de quem prega contra a “ideologia de gênero”, em uma força do mal, no inimigo, a ser combatido a qualquer custo”. E o papel da educação formal fica bem problematizado neste contexto:

Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes *a propaganda gender* e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana (JUNQUEIRA, 2018, p.453).

Portanto, para os opositores da dita “ideologia de gênero”, a escola não deve ter o papel nem deve ser o espaço de discutir questões de gênero e sexualidade, e os professores devem silenciar sobre o tema, mesmo que sejam chamados pelos alunos a travarem conversas e debates. Esses opositores parecem desconhecer os resultados de pesquisas que mostram que nem sempre o tema da sexualidade é tratado no interior das escolas e que há muitas dificuldades de professores em lidar com o tema (PEREIRA FILHO E SOUSA, 2017; VIEIRA E MATSUKURA, 2017).

A tentativa de restringir o currículo no Ensino Médio brasileiro

Considerando a seleção do currículo como uma questão de poder (APPLE 2006; SILVA, 2007), a proposta recente do Estado brasileiro de reduzir as disciplinas do Ensino Médio pode ser vista como uma forma de diminuir a voz ativa da comunidade escolar. De fato, de setembro de 2016 até fevereiro do ano seguinte, a Medida Provisória (MP) de nº 746 ameaçou a exclusão de disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia no Ensino Médio (BASTOS, SANTOS JUNIOR e FERREIRA 2017). Monteiro (2019) explica que, mesmo tendo sido esta medida provisória



revogada, na nova lei apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática constam como obrigatórias neste nível de ensino e, portanto, as escolas podem deixar de oferecer ou diminuir a carga horária de disciplinas. Lima (2020) também argumenta na sua análise da história da disciplina de Sociologia no Brasil que, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que delibera sobre o Ensino Médio e que deve ser regulamentada até 2022, não há nenhuma clareza em termos de carga horária ou ano em que o ensino de Sociologia deve ocorrer. Lima (2020) também menciona o descrédito que o governo atual eleito em 2018 dá às disciplinas de Filosofia e de Sociologia.

Assim, a tentativa de restringir as disciplinas de Ensino Médio brasileiro pode ser compreendida no planejamento educacional do Estado. A seleção dos conteúdos do currículo sempre foi uma decisão política, que costuma mudar historicamente de acordo com os interesses dos grupos que tiveram mais voz em determinado período e sociedade.

A luta para definir um currículo envolve prioridades sociopolíticas e discurso de ordem intelectual. A história dos conflitos curriculares do passado precisa, pois, ser retomada. Do contrário, nossos estudos sobre escolarização deixarão sem questionamento e análise de uma série de prioridades e hipóteses que foram herdadas e deveriam estar no centro do nosso esforço para entender a escolarização na teoria e operacionalizá-la na prática". (GOODSON, 1995, p.28)

Como o currículo é construído através de macropolíticas por determinados grupos, ele não necessariamente responde aos anseios da maioria e nem dos mais diretamente envolvidos na sua prática, que são os professores e os alunos. No presente momento, há um abismo entre os idealizadores das políticas educacionais e os anseios de muitos que estão no “chão da escola”.

Os ensinamentos de programas educacionais não formais em saúde

A formulação de programas educacionais pode revelar muito do potencial a ser alcançado. A pesquisa foi realizada justamente porque os programas buscavam empoderamento das participantes através de parcerias de uma entidade estrangeira voltada para melhorar a vida das camadas mais carentes do Brasil com o Instituto de Estudos da Religião (ISER), implementando projetos nas áreas de religiosidade, cidadania, marginalidade, autoestima, tradições e ética (SOUSA 1995, SOUSA 2000 E SOUSA 2002). A escolha destes programas no sentido de empoderar estas camadas e tentar mudar



o *status quo* da nossa histórica desigualdade social é uma condição básica na formulação deles, pois esta é a população que costuma acumular as opressões de gênero e classe, e muitas vezes também a de raça. Outro aspecto relevante da formulação dos programas é que a capacitação da população alvo não era voltada para o mercado. Além disso, os programas nunca eram repetidos na mesma comunidade, o que propiciava itinerância e circulação dos ensinamentos.

Ao presenciar o cotidiano das aulas e entrevistar as mulheres, vários outros aspectos dos programas se mostraram promissores para promover o empoderamento das mulheres. Um deles é que estes faziam parte de projetos desenhados por mulheres e para elas. Assim, estes coincidiam com a descrição de Darcy de Oliveira e Harper (1985) de uma educação real criada por mulheres e para elas que transforma a consciência, os valores e os comportamentos delas em relação às suas identidades individuais e coletivas. Outro aspecto importante, era o objetivo de que as mulheres que participaram se tornassem agentes de saúde da comunidade. Parece muito interessante o fato de as mulheres terem sido treinadas para serem multiplicadoras na sua própria comunidade e algumas se tornaram líderes comunitárias.

Ainda outro aspecto do programa era a concepção ampliada da saúde. Os programas não eram direcionados a uma faixa etária específica, mas incluíam mulheres de todas as idades, como adolescentes, adultas e mulheres mais velhas, premissa que tem potencial maior de levar ao empoderamento, uma vez que as necessidades das participantes são pensadas e todas podiam ouvir umas às outras e conversar sobre as experiências.

As aulas não se concentravam apenas nos aspectos físicos da saúde reprodutiva e sexualidade, mas eram abrangentes, mostrando estes aspectos dentro de um contexto amplo que incluía várias características destas vivências, como as sociais, culturais, econômicas, psicológicas e espirituais. Por fim, um dos aspectos mais relevantes é que os programas foram pensados para ser espaços onde mulheres com diferentes afiliações religiosas podiam estudar juntas. Os dois programas ocupavam espaços nas salas de uma Igreja Metodista e de uma Igreja Católica. A afiliação religiosa das mulheres participantes era variada nas salas de ambas as igrejas. Esta congregação entre as participantes pôde promover o empoderamento. Como nos lembra Freire (1993), a divisão dos oprimidos é usada como ferramenta para manter o *status quo* e, para o tipo de Igreja que está



verdadeiramente comprometida com os oprimidos, a divisão entre protestantes e católicos não é relevante (FREIRE, 1987).

Os resultados da pesquisa qualitativa demonstraram que, através destes dois programas, as mulheres conquistaram de fato mais poder nas dimensões psicológica, cognitiva e física e menos nas dimensões econômica e política. As dimensões menos conquistadas se relacionam com a dificuldade de conseguir emprego após a capacitação realizada e com as dinâmicas das relações de gênero na comunidade, onde o trabalho de agente comunitário de saúde muitas vezes não era reconhecido com o devido valor.

Considerações finais

Relembramos neste artigo de estratégias educacionais para reverter a desigualdade social, inspiradas na obra de Paulo Freire, autor que também deu profundo valor ao afeto. Não há dúvida que para uma mudança social é preciso um olhar mais afetivo para o Outro. O nosso enriquecimento humano depende de educarmos nosso olhar com afeto para a grande riqueza que é a nossa diversidade. Os programas estudados mostram como é possível o respeito à diferença e o empoderamento de mulheres de baixa renda no convívio e trabalho educacional com pessoas de várias religiões.

A escola e os diversos espaços de educação não formal deveriam apostar na pluralidade dos sujeitos e trabalhar com o maior repertório possível de disciplinas, temas transversais e temas geradores. É preciso enfrentar as macropolíticas educacionais que não valorizam esta aposta. Só através de práticas educacionais de escuta e diálogo as falas dos mais oprimidos e os trabalhos sérios, (artísticos, educacionais e de pesquisa), podem encontrar um lugar digno, um ambiente no mundo. Na nossa perversa desigualdade social, temos no nosso cotidiano muitos sujeitos e muitos trabalhos sérios violentamente silenciados. Precisamos mudar isto.

Referências

APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed. 2006.

BASTOS, Robson dos Santos; SANTOS JUNIOR, Oswaldo Galdino.; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 38-52, set. 2017.



DARCY DE OLIVEIRA, R., HARPER, B. As mulheres em movimento. Ler a própria vida, escrever a própria história. In Freire, Paulo, Darcy de Oliveira, Rosiska, Darcy de Oliveira, Miguel, Cecon, Claudius. *Vivendo e aprendendo. Experiências do IDAC em educação popular.* (8th ed.). São Paulo: Brasiliense. 1985.

DIXON-MUELLER, Ruth; GERMAIN, Adrienne. Population policy and women's political action in three developing countries. In: Dixon-Mueller, R. *Population policy and women's rights: Transforming reproductive choice.* Westport, CT: Praeger, 1993, p. 79-106.

FINK, Marcy. Women and popular education in Latin America. In: Stromquist, Nelly. *Women and education in Latin America. Knowledge, power and change* (pp. 171-193). Colorado: Lynne Rienner. 1992.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos.* (8^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* (2^a ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história.* Petrópolis: Vozes. 1995.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LAURA, Ronald S.; HEANEY, Sandra. *Philosophical foundations of health education.* New York: Routledge. 1990.

LIMA, Vinícius Carvalho. Sociologia, reformas do ensino e suas relações com a conjuntura sócio-política brasileira: possíveis caminhos para entender dinâmicas disciplinares no século XXI. *Revista Digital Formação em Diálogo.* vol. 3, nº 8, p. 6-18. 2020.

MONTEIRO, Marcos Vinicius Pereira. *Licenciatura em Educação Física e questões de gênero: currículo e formação identitária.* Rio de Janeiro, 2019, 306 p. Tese (doutorado). Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PEREIRA FILHO, Roberto S.; SOUSA, Isabela Cabral Félix de. Subjetividade e Ensino de Ciências: uma discussão sobre sexualidade na escola através do olhar docente. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 10, p. 321-343, 2017.



REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica. 156 p. Campinas: Alínea, 2007, 121p.

SOUSA, I. C. F.; ROZEMBERG, B. ; BORUCHOVITCH, E. ; SCHALL, V. T. A missing agenda in Brazilian schools: the debate on popular health practices. *Ciência e Cultura* (SBPC), São Paulo, v. 50, n.5, p. 328-336, 1998.

SOUSA, Isabela Cabral Félix de. Conquistas em saúde reprodutiva: autoestima, aprendizagem e autonomia sexual. *Cadernos Saúde Coletiva* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 19-40, 2002.

SOUSA, Isabela Cabral Felix de. Discussing women's reproductive health, religion roles and rights: achieving women's empowerment. *Convergence* (Toronto), Toronto, v. 28, n.3, p. 45-51, 1995.

SOUSA, Isabela Cabral Félix de. Women's voices of change after taking part of a health education program in Brazil. *Education as Change*, Johannesburg, v. 4, n.1, p. 63-84, 2000.

STAMBLER, Moses. *Health education for health promotion in less developed nations*. (Report No. SO-105-678). 1984. (ERIC Document Reproduction Service No. E. 244 879).

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, 2017.

WALLERSTEIN, Nina; BERNSTEIN, Edward. Empowerment education: Freire's ideas adapted to health education. *Health Education Quarterly* 15(4): 379-394, 1988.

Revisiting teachings from women's reproductive health education programs in Rio de Janeiro

Abstract: Brazil has witnessed considerable developments in reproductive health for women since the mid-twentieth century. However, there are some movements that hinder further progress. This article highlights some of them. The first is the questioning of the work of Paulo Freire, an educator who values Brazilian culture and questions positions of subordination. The second is the recent dissemination of the expression “gender ideology”, which brings with it several controversies regarding the types of conduct in schools. The third is the recent attempt to restrict the curriculum in Brazilian High Schools, excluding subjects such as Arts, Physics Education, Philosophy and Sociology. The article questions these movements using the teachings of non-formal educational programs in health. A qualitative research work in Rio de Janeiro carried out with ethnographic techniques, in the 90s, had evidenced the empowerment of women in different contexts, such as



churches of different religious denominations using an expanded approach to health and addressing issues relevant to the participants. It should be noted that the pedagogical dialogues sought to be democratic seeking to promote the autonomy of women. The results indicated the importance of several contributions in the work of Paulo Freire, gender discussion and the need to address interdisciplinary.

Keywords: Reproductive health. Women. Education